



Segunda-feira, 19 de março de 2012 / Valor Econômico

Setor pede medidas amplas de apoio

Sergio Lamucci e Marta Watanabe

Uma retomada da indústria depende de medidas mais amplas, que envolvam soluções para o alto custo da tributação, da energia e dos juros bancários, segundo empresários e economistas ligados ao setor. Eles dizem que o governo precisa agir mais rápido, acreditando também que as mudanças, para dar fôlego às empresas, demandam um período de transição com real subvalorizado.

Para o presidente executivo da Dedini Indústrias de Base, Sérgio Leme, as medidas de desoneração tributária adotadas pelo governo estão na "direção certa, mas a velocidade de implementação está errada". Ele pede uma política industrial mais ativa. O presidente da Weg, Harry Schmelzer, diz que algumas medidas adotadas anteriormente pelo governo incentivavam o consumo, mas sem beneficiar toda a cadeia produtiva. Já a desoneração da folha de pagamento, acredita, favorece a cadeia como um todo, trazendo mais benefícios para quem produz.

A promessa do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é ampliar a desoneração para novos segmentos. Essa medida, diz Julio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ao lado do Reintegra, que devolve ao exportador 3% do valor vendido ao exterior, deve ajudar a reduzir o custo com tributos não recuperáveis das exportações. Para Almeida, a medida está no "caminho certo", mas a ampliação aos demais segmentos precisa ser concretizada.

Mesmo assim ainda restará, lembra o economista, outros 3% ou 4% de tributos irrecuperáveis da exportação. Isso, porém, está relacionado ao ICMS e, para resolver esse problema, é necessária uma reforma tributária. "É difícil, mas é preciso encontrar uma solução para o custo da tributação. Precisamos de simplificação, da mudança do ICMS de origem para destino e da eliminação da tributação cumulativa." Nessa área, diz Almeida, não se fez nada. O problema é que o custo tributário tem reflexo em outras áreas, como a tarifa de energia elétrica e o investimento. "No investimento, o governo federal conseguiu facilitar com o crédito imediato de PIS e Cofins, mas ainda há o problema do ICMS."

Segundo ele, a reforma tributária ainda está parada, e também não se mexeu na redução do custo da energia, seja a da energia elétrica ou do gás, e nem no custo de capital para terceiros. Há o financiamento do BNDES, lembra ele, mas o acesso é limitado e quem precisa recorrer a outro mecanismo de crédito paga um dos juros mais altos do mundo. Para Almeida, é possível estimular a redução de spread bancário usando depósito compulsório diferenciado. Outro fator importante, diz ele, é um programa de estímulo à produtividade. O governo aplicou medidas esparsas, mas é preciso reuni-las com foco em ganhos de eficiência, estabelecendo metas e exigindo contrapartidas. "A produtividade

média anual da indústria aumentou 3,6% ao ano de 2004 a 2007. Nos últimos quatro anos, porém, a média caiu para 1,1%. Precisamos levantar isso."

Rodrigo Branco, economista da **Fundação Centro de Estudos de comércio Exterior (Funcex)** lembra, porém, que o desafio é o tempo. Medidas para produtividade demoram de cinco a dez anos para ter efeito. Almeida diz que as mudanças precisam de um período de "passagem" de cerca de três anos. Nesse período, porém, é preciso dar fôlego para a indústria, o que demandaria um real subvalorizado. O economista não diz qual seria o "câmbio de passagem". "Mas certamente não é um dólar a R\$ 1,70."

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/2575770/setor-pede-medidas-amplas-de-apoio>